

ENTREVISTA

Articulação Indígena Sem Fronteiras

Priscila Karipuna

Ramiro Esdras Carneiro Batista¹⁰⁸

Priscila Barbosa de Freitas é mulher indígena pertencente ao povo *Karipuna* da aldeia *Kunanã*, na Terra Indígena *Juminã*, região do Baixo rio Oiapoque. Aos 33 anos de idade, Priscila é Mãe de dois filhos e acumula as funções de Coordenadora Regional da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANMP), e Coordenadora Executiva da Articulação Indígena do Rio Oiapoque. Tudo isso enquanto estuda Direito na UNIFAP (Universidade Federal do Amapá). Articulações interétnicas e transfronteiriças, saúde e educação que se confundem com sua trajetória de vida são temas que essa Indígena-Mulher reflete com os leitores dos Cadernos 4 Campos¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Colaborador no Diretório de pesquisa *Cidade, Aldeia & patrimônio na Amazônia* (UFPA-CNPq).

¹⁰⁹ A construção linguística e as características da fala da entrevistada não são objetos de investigação, motivo pelo qual o discurso transcrito foi editado, em conjunto com a entrevistada. A entrevista foi realizada no modo remoto, em atenção aos protocolos sanitários.

Figura 10 – Priscila Karipuna. Foto: Arquivo da entrevistada (2021)



Ramiro Esdras – **Priscila, em nome dos colaboradores dos Cadernos 4 Campos, agradeço muito por falar com a gente. Você pode iniciar nos contando um pouco de sua história pessoal?**

Priscila Karipuna – Eu agradeço a oportunidade, professor Ramiro. Peço desculpas pela demora em responder. Eu pertenço a uma linhagem de lideranças mulheres desde a minha Bisa, minha Vó, minha Mãe, Tia e agora eu que luto, é... eu tomo o meu lugar na luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas da minha região. Observando e vivenciando as discussões, as lutas que minha Vó, minha mãe e minha tia vinham fazendo para tentar garantir melhorias para as comunidades indígenas na saúde, na educação e na proteção de nossos territórios, eu percebi que meu caminho não seria simples... te digo que pessoas indígenas não podem simplesmente cuidar de seu trabalho e seus filhos. Tem que lutar por muito mais. Eu me graduei no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, me habilitei em Ciências Exatas e da Natureza, mas a luta por uma articulação maior dos povos indígenas me fez perceber a necessidade de voltar a estudar porque nós precisamos de muito conhecimento... de conhecimentos da área jurídica, também, para melhor entender como o direito dos povos originários são descumpridos a partir da lei que foi feita pelos próprios colonizadores. Então, para as lideranças indígenas, estudar, traduzir e buscar o conhecimento de fora não é uma opção. É uma necessidade, já que as armas que nós usamos agora são diferentes das dos nossos antepassados... a luta por nossos direitos não mudou, mas o jeito de lutar sempre muda...

Ramiro Esdras – **Você enfrenta sua segunda graduação em uma universidade pública e eu pediria que nos falasse um pouco sobre a relação entre os Indígenas e a Universidade. Porque a universidade é importante para as pessoas – indígenas e não indígenas?**

Priscila Karipuna – Eu penso que para nós povos indígenas estar em uma universidade vai muito além do que cursar uma graduação vendo a possibilidade de emprego... A gente vai com uma responsabilidade imensa de adquirir todo o conhecimento possível, se formar e

retornar para dentro de nossos territórios. É... temos a responsabilidade de ajudar no desenvolvimento de nossas comunidades e temos de estar atentos a todo o momento contra os ataques que são constantes aos direitos dos povos... E a gente tem a responsabilidade de fazer essa leitura e orientar as nossas lideranças, por isso eu digo que a universidade, não a universidade em si, mas os objetivos de estar na universidade, são diferentes para indígenas e não indígenas.

Ramiro Esdras – Priscila, a gente sabe que no passado os povos indígenas também lutavam associados. Para a região do Oiapoque são conhecidas as federações Aruaque. Você participa ativamente de pelo menos duas articulações indígenas. Parece que isso não mudou, digo, a necessidade de diferentes povos lutarem juntos. Entre a sua luta e a de sua Bisavó, o que mudou?

Priscila Karipuna – O senhor falou dos Aruaque e eu me lembrei que tenho uma bisavó *Palikur*... o Oiapoque é assim. Eu acho que mudou a forma como os homens brancos agem para se apropriar das riquezas de nosso território. Eles usam de outras estratégias agora, o marco temporal, a mineração, os royalties... Como eu falei, a necessidade de lutar para ser um povo diferenciado, com direito a diferença, não muda. O que muda são as armas com que lutamos. Nesse período de especial retrocesso, por exemplo, nós nos unimos ainda mais: as organizações indígenas, as lideranças, os caciques, o controle social, nós nos unimos muito mais nesse período, né? É uma questão de sobrevivência, precisamos estar juntos para buscar em outros espaços, outros meios, buscar ajuda para atender as necessidades dentro de nossos territórios já que estamos lidando com uma doença desconhecida... Buscamos medicamentos e tentamos levar um pouco de estrutura para que os pacientes fossem atendidos da melhor forma possível, mas ainda tem muito a avançar, eu digo que dentro de nossos territórios ainda tem muito a avançar na questão da saúde. Falta a construção de postos centrais, transporte, reforma de polo base, falta de recursos humanos, medicamentos, ainda tem muito... falta muita coisa... para isso contamos não somente com a ajuda do governo, que é obrigação dele, que tem o dever de fazer o papel dele, que é de fazer o atendimento aos povos indígenas, mas não podemos esperar... Se depender só do governo... A gente sabe que esse governo está se lixando pros povos indígenas!

Ramiro Esdras – Certo... você falou da necessidade de cuidar do território e eu fico pensando na relação entre isto e a legislação fronteiriça. Como os povos guianenses têm lidado com essa fronteira inaugurada, estabelecida, inventada entre brasileiros e franceses, que aparentemente jamais levou em consideração os fluxos indígenas? As articulações e pessoas indígenas detêm algum tratamento especial frente a essa política fronteiriça, supostamente binacional?

Priscila Karipuna – Há uma desigualdade, ou um desnível nessa relação, no tratamento com as pessoas que incomoda indígenas e não indígenas... o que eu pude observar é que para os povos que habitam na Guiana Francesa não tem tanta burocracia... não enfrentam tanta burocracia na região fronteiriça, quanto os brasileiros que tentam adentrar o território da Guiana, não é? Vou me resumir às pessoas indígenas. Os indígenas que habitam na Guiana, eles frequentam constantemente o Brasil... adentram as terras indígenas do lado brasileiro, frequentam a sede do município de Oiapoque e não tem tanta burocracia quanto os indígenas que querem fazer o caminho inverso... É assim com os que querem adentrar a Guiana, seja para vender seus produtos, ou para visitar os parentes que moram do outro lado, esses, somente conseguem fazer isso com um nível muito grande de burocracia. Como todas as conquistas dos povos indígenas vem através de muitas lutas, esse é um outro desafio que pode ser superado, essa mobilidade fronteiriça que dificulta as relações familiares... E a gente enfrenta diversas situações que de certa maneira nos colocam em uma posição inferior a eles, mas a gente não desiste, a gente vai e tenta dialogar, tenta fazer todas as articulações possíveis justamente para que esses povos que moram na região sejam assistidos... Mais que a questão da mobilidade na fronteira da Guiana com o Brasil, eu chamo atenção principalmente para a questão da segurança pública, né? A segurança na região de fronteira... porque os povos indígenas dos dois lados são muito afetados com a questão dos assaltos, dentro ou no entorno das terras e comunidades indígenas, tanto no Brasil quanto na Guiana. Então, os originários, seus territórios e suas vidas são especialmente afetados com esses ilícitos que ocorrem, é... no Rio Oiapoque. E para tentar dar um pouco mais de segurança para os povos indígenas a gente tem procurado cada vez mais conhecimento em relação a essa problemática... a gente busca... busca envolvimento nas articulações políticas dentro da dinâmica do governo da Guiana Francesa com o governo brasileiro, e busca

parcerias para que a gente consiga avançar nisso, porque essa fronteira ainda é um desafio para os povos indígenas...



Figura 11 – Igarapé Juminã, Terra Indígena Juminã. Foto: Arquivo da entrevistada (2020)

Ramiro Esdras – Muitos não índios acham que os povos indígenas foram protegidos da COVID-19 por terem sido vacinados com prioridade... O que você tem a dizer sobre a atuação do Estado brasileiro junto aos povos indígenas da articulação que você ajuda a gerir, no quesito Pandemia?

Priscila Karipuna – Posso dizer que testemunhamos cenas muito tristes... Então, a política de saúde, né? Voltada para os povos indígenas é uma das questões mais delicadas nessa problemática da política indigenista. A gente, no movimento indígena, vem observando isso desde as esferas regionais até a nacional, pelo simples fato que o atendimento, é... o

atendimento de saúde, dentro dos territórios, ainda é muito falho. O que nós presenciamos nesse período da pandemia da COVID-19 dentro dos nossos territórios foi, muitas das vezes, cenas muito tristes – por falta de atendimento, por falta de recursos humanos, por falta de medicamentos, estrutura, infraestrutura, muitas comunidades não têm o mínimo que é um posto e um profissional para fazer o atendimento de saúde dentro dos territórios. E o que ocorreu foi que a gente se uniu aqui no Amapá... a gente se uniu ao distrito para tentar ajudar as comunidades. A gente fez campanha e o que a gente conseguiu, a gente mandava para dentro de nossas comunidades e territórios, como medicamentos, como cestas básicas. Entramos em parceria como o Instituto Iepé, também para que se fizesse a construção e a reforma nos postos centrais e polo base a fim de atender os usuários da saúde indígena, mas sempre com muita dificuldade... Em relação ao governo: retrocesso total. Não há outra forma de dizer isso, pois a gente sabe que nós estamos, além de passar por uma pandemia, que nós estamos em um momento muito delicado na relação com o governo central, que também não colabora com os povos indígenas... O que eles querem é tirar o pouco que a gente conquistou e não deixar a gente avançar. Mas nós somos muito persistentes e a gente tenta de todas as maneiras... A gente busca alternativas para atender as pessoas dentro de nossos territórios, melhorias no atendimento à saúde, na educação escolar indígena e na proteção de nossos territórios.

Ramiro Esdras – Uma pergunta que tenho repetido às pessoas indígenas a partir da fala da sua parente, Daiara Tukano: pelo que tem visto e vivido, os Povos Indígenas são parte do Brasil, ou um Brasil a parte?

Priscila Karipuna – Essa pergunta dói na alma, porque não precisava ser assim... Nós somos povos originários dessa terra. Somos os povos indígenas!

Referências

- BRASIL. Ministério Público Federal. 2021. *Povos indígenas: prevenção de genocídio e de outras atrocidades* – Brasília: MPF, 386 p. Disponível em: <https://anpr.org.br/images/2021/08/Livro_Povos_Indigenas_Prevencao_de_Genocidio_e_Otras_Atrocidades_4_ago.pdf>. Acesso em 20, dez. 2021.
- Heinsfeld, Adelar. 2016. “A fronteira: historicidade e conceitualização” *In*: Radin, José Carlos, Valentini, Delmir José, Zarth, Paulo A. 2016. *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, p. 25-42.
- Tassinari, Antonella Maria Imperatriz. 2003. *No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: Edusp.